



University of  
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

# revistafsa

[www4.fsnet.com.br/revista](http://www4.fsnet.com.br/revista)

Rev. FSA, Teresina, v. 17, n. 1, art. 13, p. 252-280, jan. 2020

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2020.17.1.13>

DOAJ DIRECTORY OF  
OPEN ACCESS  
JOURNALS

WZB  
Wissenschaftszentrum Berlin  
für Sozialforschung



## Autoestima Como Produto da Relação Parental Violenta

### Self-Esteem on the Relationship Between Parents and Children, When the Violence Teaches

#### Raphaelly da Silva Torres

Graduação em Psicologia pela Faculdade Maurício de Nassau  
[raphaellysilvatorres@gmail.com](mailto:raphaellysilvatorres@gmail.com)

#### Deyseane Maria Araújo Lima

Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará  
Professora da graduação e pós-graduação em psicologia da Uninassau  
[deyseanelima@yahoo.com.br](mailto:deyseanelima@yahoo.com.br)

#### Marília Maia Lincoln Barreira

Doutorado em Psicologia pela Universidade de Fortaleza  
Mestra em Psicologia pela Universidade de Fortaleza  
Professora da Uninassau Fortaleza e da Unifanor Wyden  
[mariliamlbarreira@gmail.com](mailto:mariliamlbarreira@gmail.com)

---

#### Endereço: Raphaelly da Silva Torres

Av. Aguanambi, 251 - José Bonifácio, Fortaleza - CE,  
60110-001 Brasil.

#### Endereço: Deyseane Maria Araújo Lima

Av. Aguanambi, 251 - José Bonifácio, Fortaleza - CE,  
60110-001 Brasil.

#### Endereço: Marília Maia Lincoln Barreira

Av. Aguanambi, 251 - José Bonifácio, Fortaleza - CE,  
60110-001 Brasil.

#### Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 01/08/2019. Última versão  
recebida em 15/08/2019. Aprovado em 16/08/2019.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review  
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review  
(avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



## RESUMO

O presente artigo buscou levantar questões a respeito da educação parental e das práticas que envolvem violência nesse fazer. Entende-se que o fenômeno apontado pode ser mais bem entendido, sendo estudado através da pesquisa qualitativa. Para atender aos objetivos, fez-se necessária a investigação bibliográfica de forma exploratória, utilizando dentre os seus métodos a revisão integrativa. A pesquisa foi realizada em 2018, por buscas em bancos de dados – LILACs, PePsic, Scielo. Percebeu-se com esse estudo que a violência está sendo usada como prática de disciplinamento, entendida como direito dos pais ou cuidadores, apesar de comprovados seus malefícios a longo, médio e curto prazo para a vida da vítima, aqui entendida como ser integral e, portanto, não se fixou caracterizar apenas uma fase. Assim também se tornou imperativo, pela necessidade de pesquisas direcionadas, a formulação de práticas que melhor se proponham a substituir a educação por violência no seio da família, principiada pela divulgação de informações a respeito e pela disponibilidade e capacitação de multiprofissionais no apoio a famílias em processo de reabilitação de seus vínculos e possibilitando desenvolvimento de seus integrantes.

**Palavras-chave:** Violência Intrafamiliar. Práticas Educativas Parentais. Proteção Integral.

**Abstract:** This article aims to raise questions about parental education and practices involving violence in this work. It is understood that the phenomenon pointed out may be better understood, being studied through qualitative research. In order to meet the objectives, it was necessary the bibliographic research in an exploratory way, using among its methods the integrative review. The research was carried out during 2018, through searches in databases - LILACs, PePsic, Scielo. This study shows that violence is used as a disciplinary practice, and that be understood as the right of parents or caregivers, since only their long-term, medium-term and short-term harm to the victim's lives, here understood as being integral and therefore not set out to characterize only one phase. Thus, it is also imperative, due to the need for targeted research, to formulate practices that best intend to replace violence-based education within the family, beginning with the dissemination of information about it and the availability and capacity of multiprofessionals to support families in process of rehabilitation of its links, and enabling the development of its members.

**Keywords:** Domestic Violence. Parental Educational Practices. Integral Protection.

## 1 INTRODUÇÃO

A autoestima foi um tema de grande reverberação em minha formação pessoal e durante toda a trajetória no curso de Psicologia da Faculdade Maurício de Nassau. Nas disciplinas de Estágio Supervisionado, pude ver na prática que questões como essa movimentam a fase adolescente e como a baixa autoestima, descrita por essa clientela, tem origem nos pais que chegam a cometer atos de violência sem perceber quaisquer prejuízos causados, justificando tais atitudes como uma forma de educar e cuidar de seus filhos.

Para ajudar o cliente e compreender a temática foi preciso tanto enveredar por estudos sobre as dimensões que compõem a autoestima e a convivência familiar do indivíduo, como também seus influenciadores, principalmente na fase da adolescência.

O conceito de autoestima encontrado em Assis e Avanci (2004, p.9) discorre já em seu prefácio que: “A construção de uma boa autoestima surge como alicerce de força de vida.” A fonte esclareceu que, durante a infância, a criança se vê refletida no outro, vendo e sendo vista. Que são as influências da família e da escola que permitem à criança construir sua autoestima e obter pleno desenvolvimento até a vida adulta; que definem e descrevem a forma como interferem na relação do sujeito com os outros e consigo mesmo; apontam a autoestima como indicador evolutivo; que enumeram os principais motivadores e atributos da alta autoestima e anunciam a violência como princípio associado à baixa autoestima.

A última proposição mostrou-me que a realidade com que me deparei foi também reconhecida por estudiosos, mas por não ser vista da mesma forma por pais e cuidadores acendeu a dúvida sobre a sua real ignorância, se existem leis e órgãos de proteção, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que contribui para evidenciar a importância da proteção integral a esses sujeitos e a garantia de seus direitos legais. A apresentação de “Violência faz mal à saúde”, texto de Humberto Costa, preconiza:

O ECA acena aos profissionais de saúde que, para a consciência brasileira atual, tornou-se intolerável a cultura adultocêntrica que faz desses seres em formação objetos de domínio privado dos pais e responsáveis, mesmo sob o pretexto de educá-los; ou de exploração econômica, psicológica ou sexual de adultos inescrupulosos que desconsideram seus direitos. (COSTA, 2006, p. 9).

A violência física é vista juridicamente como criminal, mas vem se especializando e se tornando mais velada, passando a deixar mais marcas internas do que externas, conforme Marie-Pierre Poirier (2006), também em “Violência faz mal à saúde”.

O artigo de Rosas e Cionek (2006) aborda a violência direcionada a crianças e adolescentes como doméstica, admitiu que pais usaram a violência como forma de educar. As autoras supracitadas definiram autoestima como âmbito prejudicado apenas pela violência psicológica e listaram como orgânicos os sinais de que a criança ou adolescente tenha sofrido violência física ou sexual, mas não abordaram os sinais de violência psicológica, talvez pela falta de um instrumento que a classifique, defina e delimite.

Sousa e Jorge (2006, p. 25) esclareceram que “o abuso psicológico consiste em toda forma de rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito, cobranças exageradas, punições humilhantes e utilização da criança ou do adolescente para atender às necessidades psíquicas do adulto” e confirmam que a justificativa é educar e corrigir comportamentos de crianças e adolescentes. Assim, a violência psíquica deixa o psiquismo do filho ferido por pais, para o “bem” do filho, na tentativa de formatar um filho ideal que é incongruente com o filho real, diferença muito mais evidente na adolescência.

Como não há como identificar ou medir os prejuízos causados e a crença de que a educação dos filhos só é efetiva se de forma violenta, torna-se muito confortável para pais usar essa justificativa, criando uma nova cultura. Não se sabe se há intencionalidade do caso, se é autêntica resposta da forma de ser do agressor, herdada dos pais; se é efeito da ignorância em relação às leis ou se há algo mascarado, que a prática da violência seja legítima expressão da vontade de machucar e da “autoridade” ser estabelecida.

Assis e Avanci (2004) identificaram a autoestima como o termômetro refletor da luta desse adolescente, entre ser o que quer ser e ser o filho idealizado pelos pais, sob a força de ameaça e opressão constantes. Adolescentes que sofreram essa angústia têm autoestima menor do que adolescentes que não tiveram essa experiência, por isso têm mais poder pessoal.

Daí a importância de projetos que conscientizem que a violência não deve ser vista como modo de educar do sujeito, pois ela pode reproduzir relações adoecidas e gerar indivíduos constituídos de violência.

O texto do artigo 227, da Constituição Federal de 1988, buscou proteger todas as dimensões do sujeito, no entanto pareceu ter escapado ao entendimento que criança e adolescente precisariam ser defendidos daqueles que deveriam ser seus protetores.

Art. 227 É dever da família, da sociedade, e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à cultura, à profissionalização, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Pareceu em algum momento da leitura que a possibilidade de a família, a sociedade e o Estado serem o agressor se perdeu, ou não existiu, e ainda que pelo poder a eles conferido legitimasse a atuação da mesma forma, quando a lei deveria ser cumprida em seu rigor. A provável identificação de que eles têm ou não a prática da violência como forma de cuidado é preocupante, pois não se sabe até que ponto a ignorância tem corroborado para a reprodução de agentes agressores ou vítimas irremediáveis.

A situação tornou os termos cuidado e agressão cada vez mais proximamente similares. Até mesmo a intimidade na relação familiar pode jogar sobre a situação um véu que impede o responsável de ver-se como agressor e o agredido de ver-se como vítima dentro da violência psicológica. A violência psicológica ocorre de maneira invisível sob o pretexto controverso do educar para a vida. A autoestima é decisiva no modo de funcionamento do sujeito com o mundo e do mundo para com ele, com esse processo prejudicado pela violência, indivíduos tornaram-se incapazes de lidar com suas questões, resultando prejuízo à sua saúde mental.

A violência direcionada a crianças e adolescentes teve origem histórico-social, e a criação de leis e de instituições de proteção têm auxiliado pouco ou não tenha sido o suficiente, para que a proteção a esses sujeitos saia da teoria e siga como prática no cotidiano social. Dentre todos os prejuízos causados pela violência psicológica, a baixa autoestima, quando foi relatada em estudos, foi apresentada como um mal menor.

O presente artigo teve o objetivo geral de levantar questões a respeito da educação parental e das práticas que envolveram violência nesse fazer, denotando a violência psicológica.

Os objetivos específicos foram pesquisar as atitudes psicologicamente violentas na educação familiar; relacionar prováveis consequências para a autoestima do adolescente que sofre violência pelos pais; apresentar alternativas substitutivas na educação parental.

## 2 METODOLOGIA

Entendeu-se que o fenômeno apontado pode ser mais bem entendido e estudado através da pesquisa qualitativa, que segundo Minayo (2013, p.21), “se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Pela impossibilidade de se quantificar algo tão

subjetivo, como as relações familiares, é que se escolheu a pesquisa qualitativa como principal caminho para atingir os objetivos.

Para atender aos objetivos, fez-se necessário que a pesquisa bibliográfica atuasse de forma exploratória, utilizou-se dentre os seus métodos a revisão integrativa, que “emerge como uma metodologia que proporciona a síntese do conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática” (SOUZA et al., 2010, p.102).

Antes de iniciar a revisão, foi necessário ressaltar o objeto desta pesquisa, que é o afeto, a autoestima por inferência da violência parental; e definir critérios que identifiquem ou não a produção encontrada como potencial fonte de estudo. Para tanto, foram elaborados critérios de inclusão e exclusão do material.

Para a base de dados foram consultados os meios eletrônicos *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), o portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), somente por busca simples, pois as buscas cruzadas não estavam trazendo fontes condizentes com a temática.

Os descritores utilizados e estimados mais adequados à busca na pesquisa foram as seguintes expressões: abusos psicológicos, psicologia do adolescente, educação parental na adolescência, autoestima e saúde mental. O termo “Abusos Psicológicos” não foi considerado um descritor pelo DeCS (Descritores em Ciências da Saúde), portanto foi substituído por “Maus-tratos de Menores”, pelo significado ser o mais sinônimo do original. Sendo ainda acrescentado em alguns momentos o conectivo “E” para buscar produções que ressaltam a relação entre a autoestima e os demais termos dentro do tema, quando o descritor por si não trouxe resultados de busca.

Para os critérios de inclusão, definidos a partir da temática, foram coletados os dados de materiais publicados a partir do ano 2000, ano de comemoração de dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), admitindo as transformações trazidas pelo estatuto; foram analisadas pesquisas com a população brasileira, pelo interesse apenas nessa realidade, e realizadas não só sobre a ótica da psicologia, pois é reconhecida a iniciativa de muitas outras áreas pela proteção ao público infantil e adolescente vítimas de violência; artigos que apresentaram a autoestima como um dos aspectos afetados pela violência e que apontaram o uso da violência como recurso na educação familiar.

Como critérios de exclusão foram adotadas as seguintes propostas: foram descartadas publicações que inseriram na temática os adolescentes com deficiência ou psicopatologia e os que estão em conflito com a lei; também não serão abordadas as pesquisas que relacionaram o universo escolar e midiático a que o adolescente teve acesso.

De início foram coletados todos os dados resultados na busca, em seguida selecionados, com base no título, os de maior identificação com o objeto da pesquisa; após leitura e exame dos resumos, os títulos triados foram acondicionados em quadros bibliográficos; dentre os 1700 artigos de retorno das buscas, foram selecionadas 265 fontes a partir da leitura dos títulos e, após segundo descarte, pela ocorrência de fontes repetidas e a devida obediência aos critérios de inclusão e exclusão, foram lidos os resumos de 74 pesquisas; destes 19 artigos foram lidos na íntegra, sendo basilares para a fundamentação teórica e, por fim, sete fontes foram eleitas à análise, pois foram os únicos a contarem com trechos de falas e relatos desses atores.

Foi elaborada e aplicada uma matriz de síntese às sete fontes citadas, como ferramenta de extração e organização dos conteúdos que mais se identificaram com a proposição da pesquisa.

### Quadro 1 – Matriz de síntese

Matriz de Síntese	
Texto:	
Tipo de narrativa:	
Ferramentas utilizadas:	
Formato usado:	
Seleção da amostra:	
Participantes:	
Descrição do caso:	
O que a pesquisa avaliou:	
Procedimentos:	

Fonte: Autora, 2018.

Foram usados trechos de entrevistas, relatos de caso e histórias orais, e narrativas que fomentaram os dados coletados pelos autores, assim como suas observações mais diretas. O material foi reorganizado através de fichamentos, instrumento identificado como o mais adequado à amplitude dos artigos para análise dos discursos. A classificação e categorização das evidências juntamente a análise dos discursos tornou possível caracterizar a relação parental, que usa a violência como ferramenta de ensino e educação, especular causas e elaborar possíveis prognósticos.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

#### 3.1 Do começo ao fim

##### 3.1.1 Educação parental: entre definições e influência histórica

A educação parental vem tomando maior amplitude nos estudos acadêmicos atualmente, tornando uma preocupação real a promoção da saúde mental de crianças e adolescentes.

Conforme Garcia, Yunes e Almeida (2016, p. 95), a educação Parental “é uma proposta educativa para a promoção da parentalidade responsável e se enquadra no campo das Ciências da Educação e da Pedagogia Social”. Tal definição lança a dúvida: se trata da melhor formação de pessoas para o papel de pais ou se se digna a forma de como pais educam filhos? Mas que se explica pelo objetivo exposto em consequente: “Dessa forma, as intervenções com foco na parentalidade centram-se em prevenir os maus-tratos e a negligência contra crianças e jovens e construir estratégias para o bom trato e bem-estar nas interações familiares” (YUNES; ALMEIDA, 2016, p. 95).

Assim demonstra-se que o termo Educação Parental empreende ambas as direções, justificada pela relevância que procede a proteção à saúde dos integrantes na relação familiar. O sentido dúbio divide os estudos nos dois contextos.

Cruz e Ducharne (2006) explicam em nota por que a adoção de outro termo se fez necessário para indicar a direção de seu trabalho, que focava em intervenções no modo de funcionamento parental.

IV- Preferimos a utilização dos termos Formação de Pais e Educação de Pais a Formação Parental e Educação Parental, já que, neste último caso, a utilização do adjetivo parental pode induzir confusão ou erro. Educação parental pode ser entendida nalguns contextos como a educação dos filhos feita pelos seus pais (ao contrário de educação em contexto escolar, por exemplo). Assim a Formação ou Educação de Pais é organizada para os pais e não realizada pelos pais. Os termos formação e educação serão usados como sinônimos. (CRUZ; DUCHARNE, 2006, p.300).

No entanto, como formação parental Cruz e Ducharne (2006) descrevem como sendo uma das várias modalidades possíveis de intervenção na parentalidade e incorporam experiências que promovem a aquisição de conhecimentos pelos pais, bem como a construção de uma visão mais compreensiva da criança e da família.



Weber *et al.* (2003), por outra direção, decompõem a educação parental em duas dimensões, uma que tange ao estilo parental, que caracteriza atitudes e forma de atuar no papel de pais e que perfaz o clima emocional na relação com os filhos; e outra que trata das práticas educativas parentais, que falam da interação dessa relação e que integram os ensinamentos, a socialização, o apoio, o disciplinamento, que devem ser adequados às situações.

Parece consenso entre os estudos que a Educação Parental é um tema recente diante da intencionalidade de pesquisas referentes e das diversas formas de interferir e influenciar o desenvolvimento de crianças e adolescentes, além dos efeitos longitudinais positivos pela adoção de melhores práticas do que as anteriormente utilizadas por gerações precedentes.

Tais más práticas se explicam e até se confundem histórico-socialmente com a origem do reconhecimento da criança na sociedade. Frota (2007), para ajudar outros a compreenderem a concepção contemporânea de infância, recorreu aos estudos históricos de Philippe Ariès (1978), que coloca “a infância como uma construção do século XIX”, tal como a entendemos hoje e que nos séculos anteriores os cuidados recebidos restringiam-se aos anos iniciais de vida e depois disso as diferenciações com o adulto acabavam, pelo menos em referência aos cuidados familiares dispensados. O valor e respeito devidos, historicamente, foram conquistados através das transformações sociais da família e do papel da criança dentro dela, tomando um lugar central.

E, em contrapartida, com Heywood (2004) demonstra-se outro olhar sobre a infância. Na idade média esta teria uma existência pouco visível quando cuidados e formação da criança eram submetidos a terceiros, com amas e tutores. E numa espécie de evolução, nos séculos posteriores, a criança foi recebendo maiores investimentos sociais e psicológicos, até que nos séculos XVI e XVII já podia se discernir o “ser criança” do “ser adulto”; com a emergência social mais eminente no século XVIII pela influência da filosofia, principalmente pela difusão da ideia de *tábula rasa*, a ideia de que a criança seria como uma folha em branco, onde se poderia escrever possibilitando determinado desenvolvimento (FROTA, 2007, p. 149).

No século XIX, a criança passou a ser produto de maior valor emocional do que econômico, culminando com o que se registra no século XX, quando as crianças estão subversivas ao controle dos pais, com revezamento à contribuição da escola. Hoje muito mais estudiosos se debruçam sobre o desenvolvimento infantil e a influência direta dos familiares.

Segundo as referências apontadas, muito semelhantes aos registros anteriores, encontra-se nacionalmente a história da criança. No Brasil, o olhar sobre a criança se abre também no século XIX e se caracteriza mais especificamente como resultante da exploração, preconceito e abandono (FONTES, 2005, p.88), desigualdade, exclusão e dominação (PINHEIRO, 2001, p.30), com variadas expressões e grande diversidade de encontros e desencontros de contextos, o que impede a criação de uma linha temporal que pudesse descrevê-la.

Frota (2007) relata ainda que entre os atores que constituem a origem da infância brasileira, são exemplos as crianças europeias e africanas vindas para o Brasil no século XVI. As primeiras vindas com a corte portuguesa e as segundas nos navios negreiros, aqui usadas como escravas também, e as índias aqui originadas; as que desde então nasceram da miscigenação dos povos, tinham seu futuro já determinado por sua cor e filiação, durante o Brasil Colônia e Império. Ressalta, além dessas, as crianças que participaram da história brasileira, no grande marco da industrialização como operárias, nos séculos XVIII e XIX. Infelizmente esta ferida não foi sanada, ainda hoje existem crianças trabalhando, inclusive, em regime de escravidão.

Muito se deve, também, ao Código de Menores, um termo surgido em 1927, que conceituava um tipo de criança como “menor”, particularmente as “desvalidas”, pobres, com estrutura familiar divergente da tradicionalmente indicada na época, em situação de risco social, passíveis da marginalidade e de oferecer risco à sociedade. Portanto, tais crianças eram entregues ao estado, onde através da institucionalização o “menor” poderia ser salvo pelo “adestramento” dado a ele. Os tratamentos e cuidados cruéis e preconceituosos produziram “uma categoria de crianças menos humanas, menos crianças do que as outras crianças, quase uma ameaça à sociedade” (FROTA, 2007, p. 150).

Essa mentalidade social foi se consolidando até o ano de 1990, quando a criação e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que prega a doutrina “sócio jurídica da proteção integral”, abolindo o termo “menor” e elevou a criança a um sujeito de direitos, com necessidades e peculiaridades, fomentando uma política de proteção e atenção integrada.

A mudança é radical, vai à raiz: o menor deixa de ser visto como menor e retoma seu lugar de criança. O menor passa a ser visto como cidadão de direitos e não como um expectador das tentativas de sabê-lo vítima ou responsáveis pelos descalabros sociais. A criança volta a ocupar o seu lugar de um ser humano, de um sujeito construído historicamente, com direitos e deveres que devem ser exercidos hoje, com uma vida concreta que pode ser muito dura e distante do sonho dourado da infância mítica da classe média. Contudo, uma criança (FROTA, 2007, p. 150).

O ECA precisa os direitos da criança e do adolescente numa perspectiva condizente com seu estado de desenvolvimento permanente e na consciência da vulnerabilidade de seu ser, merecendo proteção integral. Exigindo que a esses atores sejam dadas oportunidades e condições, “a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (BRASIL, 1990, p.5).

O ECA proíbe, por ato ou omissão, que crianças e adolescentes sejam lesados por qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade, opressão. E dita punição aos seus infratores na forma da lei. Garante os direitos fundamentais à vida e à saúde, à liberdade, ao respeito e dignidade, à educação, à cultura, ao esporte e lazer, profissionalização e proteção no trabalho. (BRASIL, 1990, p.5)

Na prática, a mudança dessa mentalidade da criança, do ser subvertido, a ser sujeito, tem esbarrado em muitas dificuldades. Mesmo depois de quase trinta anos de ECA, ainda há “uma preocupação cada vez mais ampla e sistemática com o estudo e compreensão da criança e de seu desenvolvimento”, dos modos de disciplina, de ensino e aprendizagem que permitam o amadurecimento saudável, em substituição às praticadas com violência e agressividade (FROTA, 2007, p. 150).

Este conhecimento de fato surge a partir das Teorias Desenvolvimentistas no início do século XIX, com o importante papel desempenhado por nomes como Freud, Erikson, Piaget, Vygotsky, Skinner e Bandura, pela colaboração de seus legados. Assim pode ser possível lançar luz sobre a formação da personalidade durante a infância e adolescência, e pode-se verificar sob outra ótica, as transformações internas que acontecem nessas fases e que parecem ser esquecidas ao se chegar à fase adulta. No eixo central de novas práticas de cuidado, estão o amor, o diálogo e o respeito, engrenagens primordiais para o entendimento de que filhos são seres dotados de autenticidade e não continuação do que os pais são, ou de sua expectativa em ser.

### **3.2 Da agressão à proteção**

As gerações anteriores à ECA não vivenciaram algo parecido ao que o estatuto propõe como elas podem promover ações que auxiliem sua efetividade? Como atentar para que as vítimas do passado não se tornem reprodutores da mesma violência que sofreram? Os filhos dessa geração foram os que estiveram mais próximos de serem as novas vítimas. A educação pela violência tem sido promovida como único método de gerações em gerações,

não se conseguiu identificar outra forma de pensar senão através da disseminação do conhecimento.

O estudo da história da violência na humanidade enerva por milhares de caminhos possíveis, o que a tempo da pesquisa percorrer todos eles não seria viável, no entanto, escolhendo a violência direcionada a crianças e adolescentes, pode-se conhecer o produto de maior interesse para esta pesquisa e, mesmo assim, ainda se decompondo em tantas particularidades nesse percurso.

Sanchez e Minayo (2006, p. 29) definiram a violência contra crianças e adolescentes como “atos e omissões dos pais, parentes, responsáveis, instituições e, em última instância, da sociedade em geral, que redundem em dano físico, emocional, sexual e moral às vítimas, seres em formação”.

Classificada em três tipos por Rosas e Cionek (2006): a física ressalta seus extremos, do simples tapa ao espancamento fatal; a sexual, que compreende desde o aliciamento e sugestão ao estupro, com ferimento genital e morte; e a violência psicológica, incluindo formas de interferir negativamente na vida da criança, como interromper a alegria de uma criança através de gritos, queixas, comparações, palavrões, chantagem, entre outros.

A partir daqui conhecemos as partes envolvidas, de um lado, a vítima, crianças e adolescentes identificados como objetos a serem dominados, e do outro lado, outro retratado como superior, por ser mais velho, mais forte ou mais inteligente, que exerce a dominação.

As autoras ressaltaram como essa relação é prejudicial à saúde, que por si compromete outros âmbitos da vida infanto-juvenil. Sanchez e Minayo (2006, p.31) caracterizaram em seu trabalho as principais manifestações da violência contra crianças e adolescentes: estrutural, “aquela sobre a condição de vida, a partir de decisões histórico-econômicas e sociais, tornando vulneráveis suas condições de crescimento e desenvolvimento”; intrafamiliar, “aquela que ocorre no lar, como uma forma de comunicação e relação interpessoal”; institucional, quando acontece dentro das instituições que deveriam proteger as crianças e adolescentes, motivada pelo despreparo dos profissionais; e delinqüencial, quando atinge crianças e jovens, que infringiram leis sociais e encontrando-se em regime de medida socioeducativa.

Ao entrar no contexto da violência intrafamiliar, encontram-se mais bifurcações. Na família em que a violência é mais um integrante, a principal vítima é a criança, a fragilidade física e de sua personalidade a torna um alvo fácil. Essa violência foi considerada por alguns autores como funcional devido aos membros mais velhos tencionarem os mais

jovens com as suas frustrações, como se eles fossem válvulas de escape (SANCHEZ; MINAYO, 2006).

Dentro da família, a violência contra criança e adolescentes pode acontecer principalmente de três formas: física, sexual e psicológica.

Os dois primeiros tipos apresentam mais marcas externas, detectáveis em exames clínicos e até por pessoas leigas. A violência psicológica é mais velada, e não tão detectável quanto às demais, por isso mais difícil de comprovar a agressão e o agressor numa denúncia.

Mas não quer dizer que os sintomas não existam, apenas que precisam de maior especialidade para detectá-los. Também não quer dizer que não existam sequelas psicológicas na violência física e sexual, nesse caso pode-se entender que a violência psicológica está atravessada nas demais, o que explica a maior importância dada pela comunidade à emergência das violências físicas e sexuais e de forma minimizada à psicológica.

Sanchez e Minayo (2006, p. 34) revelaram em sua pesquisa uma variedade de sintomas que podem estar relacionados com a violência, com consequências psicológicas, a depender de certas condições como “da idade, das condições psicológicas das vítimas, da sua história anterior, do grau de parentesco com o abusador e da frequência e repetição do ato”.

**Quadro 2 – Quadro de sintomas psicológicos decorrentes de maus-tratos intrafamiliares**

<b>Quadro de sintomas psicológicos decorrentes de maus-tratos intrafamiliares</b>			
Tipo de violência	Área afetada	Evidência física	Evidência psicológica
FÍSICA	Pele	Hiperemia; escoriações; equimoses; hematomas; queimaduras;	Delinquência; sentimentos ambíguos, confusos ou vingativos; angústia; raiva; ansiedade; medo; terror; ódio; agressividade; passividade; hiperatividade; hostilidade; distúrbios de desenvolvimento psicomotor, intelectual e social; baixa autoestima;
	Mucosas	Lesões oculares; lesões auditivas;	
	Esqueleto	Mutilações; fraturas;	
	Sistema nervoso central	Traumatismos crânio encefálicos; fraturas dos ossos do crânio; hemorragias intracerebrais;	
	Tórax e abdome	Hemorragia interna; Traumas generalizados; insuficiência respiratória;	
SEXUAL	Genitália;	Fissuras; rupturas; sangramentos; gravidez precoce; doenças sexualmente transmissíveis	Abortos; abandono do lar; transtornos alimentares; dificuldade de aprendizagem; distúrbio de comportamento, como dispersão, fobias e terror noturno; comportamentos autodestrutivos; isolamento social; delinquência; precoces atitudes erotizadas e interesse por brincadeiras sexuais; dificuldade em lidar com a sexualidade: agressividade; passividade; hiperatividade; dificuldades para fazer amizades; depressão; baixa autoestima;
	Boca	Fissuras; Hiperemia; Mau hálito;	
	Mamas e nádegas	edema; hematomas; escoriações;	
	Região perineal; e ânus;	rupturas; fissuras; sangramentos;	
NEGLIGÊNCIA	Higiene corporal	Odores; cáries;	Apego inseguro; redução do volume cerebral, mudanças bioquímicas, funcionais e de estrutura cerebral; transtornos alimentares; passividade; hiperatividade; delinquência; mortalidade; distúrbios de desenvolvimento psicomotor, intelectual e social; baixa autoestima;
	Alimentação	Desnutrição; infestações de parasitas e vermes;	
	Vacinação	Vulnerabilidade a doenças;	
	Escola	Absenteísmo; inadequação;	
	Cotidiano	Omissão; inanição; acidentes domésticos;	

Fonte: Autora, 2018.

Em estudos da atualidade, o termo mais utilizado é “maus-tratos” para dar conta da magnitude do sentido da violência intrafamiliar direcionada a crianças e adolescentes, dando o que determina o mesmo nível de gravidade a todas as suas expressões; nesse sentido, o Ministério da Saúde (OMS) oficializou tal termo, através de um aparelho criado em 2001, a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência, com a Portaria n.º 737/GM 16 de maio de 2001; e acrescentaram o abandono e a negligência também como faces de violência (BRASIL, 2001).

A Portaria n.º 737/01 “conceitua abuso físico ou maus-tratos físicos como o uso da força física capaz de produzir uma injúria, ferida, dor ou incapacidade”; já o abuso sexual como “ato ou jogo sexual que ocorre em relação hétero ou homossexual que visa estimular a

vítima ou utilizá-la para obter excitação sexual e práticas eróticas e sexuais impostas por meio de aliciamento, violência física ou ameaças”; sobre os Maus-tratos Psicológicos, define como “agressões verbais ou gestuais com o objetivo de aterrorizar, rejeitar, humilhar a vítima, restringir a liberdade ou ainda isolá-la do convívio social”. (BRASIL, 2001).

Nesse contexto, a denúncia ou atendimento necessita da intervenção de terceiros, pela naturalização dessa prática como forma de disciplinamento conforme é justificado pelo agressor. Quando as vítimas são crianças ou adolescentes, é muito mais difícil que atuem realizando denúncia, principalmente quando é contra pessoas de seu afeto. Levantamentos do IBGE denotam que 80% dos agressores são os pais (SANCHEZ; MINAYO, 2006, p.34); a violência física também foi adotada como forma de punição, na mentalidade geral o uso de força física para tal é realizada indiscriminadamente, fruto da cultura patriarcal (ASSIS, 2006).

Uma ferramenta criada pelo OMS foi a Notificação de Maus-Tratos Contra Crianças e Adolescentes em 2002, para auxiliar os profissionais de saúde e de educação (ambientes mais ocupados pela vítima afora a residência), no diagnóstico e denúncia da suspeita ou comprovação de um abuso. Os códigos de ética e condutas profissionais têm sua participação, apelando à consciência deste agente em direção para o atendimento, proteção da vítima e prevenção, mas sem força jurídica. Infelizmente a inabilidade ou incapacitação nesta direção torna mais relevante o medo das consequências e estimula a omissão.

Nenhum desses equipamentos seria necessário se a comunidade adulta não tratasse displicentemente crianças e adolescentes e se as relações fossem fundadas no cuidado, compreensão e amor e se a responsabilidade para com a formação desses seres fosse abraçada com compromisso de fazer um mundo melhor.

### **3.3 Autoestima: o que afeta é o afeto!**

Ao desenharmos os maus-tratos psicológicos no contexto da pesquisa, isto é, no ambiente familiar onde as vítimas são menores e os pais os agressores, não se vê a violência psicológica sendo problematizada ou seus sintomas de forma tão clara quanto é possível nas demais formas de violência. Assim como foi difícil encontrar famílias que tenham esse problema com a atuação de apenas uma dessas formas.

Supondo que pais por amar seus filhos usam de violência psicológica, julgando estar dando a mesma educação recebida, temos nas palavras de Sanchez e Minayo (2006) o seguinte relacionamento familiar:



A violência Psicológica ocorre quando os adultos sistematicamente depreciam as crianças, bloqueiam seus esforços de autoestima e as ameaçam de abandono e crueldade. Essa forma de relacionamento, também difícil de ser quantificada, provoca grandes prejuízos à formação da identidade e da subjetividade, gerando pessoas medrosas ou agressivas e que, dificilmente, aportarão à sociedade todo o potencial que poderiam desenvolver. Essa forma de abuso passa pela forma cultural com que pais e adultos concebem as crianças e adolescentes, considerando-os sua posse exclusiva e acreditando que humilhá-los é a melhor forma de educar (SANCHEZ; MINAYO, 2006, p. 35).

Atualmente não se pode explicar tal situação pela ignorância, a informação está mais próxima das pessoas do que nunca. Como acreditar que a violência vá formar pessoas? O não entendimento do ser humano como ser integral poderia dar a esperança de que a interferência em um determinado momento ou ambiente da vida do sujeito, não influenciaria outros contextos. Mas muitos estudos corroboram para a mudança da crença de a violência familiar ser reconhecida como um método educativo, e pode ser comprovado pelos sintomas gerados e consequências negativas acarretadas (SANCHEZ; MINAYO, 2006; ASSIS, 2006).

Em todos os estudos consultados, entre todos os sintomas decorrentes, tanto da violência psicológica como das demais, o afeto, a autoestima, resultando em sua redução, estão presentes de forma citada apenas, e não de forma desenvolvida. Em Assis e Avanci (2004, p.10), “poder-se-ia dizer que a violência das palavras não fratura nenhum osso, mas fratura e deforma a autoestima”. Parece lógico que outros sintomas tenham mais urgência na reabilitação, principalmente pela baixa autoestima não promover um sintoma de verificação automática, mas que a autora considera merecer tanta importância por serem de maior permanência, e por isso prejudiciais em longo prazo.

A autoestima é uma característica humana forjada a partir dos olhares que a criança direciona e recebe dos espelhos que encontra ao percorrer o labirinto de sua vida. Envolve a capacidade humana de refletir sobre si próprio, descrevendo, julgando e avaliando a pessoa que é. Para que sua formação ocorra, o ser humano é, simultaneamente, observador e observado, juiz e julgado, avaliador e avaliado. (ASSIS; AVANCI, 2004, p.14).

Assis e Avanci (2004) encontraram essa definição para autoestima, costurando as características apresentadas por diversos nomes da teoria da personalidade, são elas: a forma como o indivíduo elege suas metas (JAMES, 1890); a importância de outro que seja significativo (COOLEY; MEAD, 1953); a autenticidade do eu (ROGERS, 1977); aspecto sociocultural (ROSENBERG, 1989); aspecto valorativo (COOPERSMITH, 1967); o valor da responsabilidade individual e social (comissão *Task Force to promote Self-Esteem*, 1984).



Parafrazeando essas características, a autoestima se refere também à capacidade que o sujeito tem de acreditar em suas capacidades, de pensar seu presente e planejar um futuro para si, apropriado de quem é e da importância do outro nessa construção, consciente de que recebe influência sociocultural, cultivando seus valores e tomando para si as responsabilidades de ser quem é e do que produz para sociedade.

Existem, além dessas, duas dimensões que estudiosos apontam como condições para a autoestima, de ser global e ao mesmo tempo situacional. Assis e Avanci (2004, p.30) explicaram que em sua “forma total admitem a existência de um sentimento geral de si”, no qual esse sentimento seria o norteador de suas percepções, desempenho e comportamentos. E que de forma situacional, o sujeito poderá ter sucesso em algumas áreas e fracasso em outras, o que denota a influência das contingências vividas.

Há ainda outra característica importante e promove contradição entre autores, que diz da autoestima ser um sentimento estável no sentido de se configurar na infância e permanecer a mesma ao longo da vida. Em outros foi dito que a autoestima é resultante de um processo dinâmico que dependerá das circunstâncias da vida, afetando o desempenho e a visão que o sujeito possui de si mesmo. No meio de tudo isso, o que se constatou foi que o grande modulador da autoestima é na maioria das vezes externo, e se a autoestima começa a se estabelecer e se estruturar na infância, a família sendo a instituição social mais antiga e sendo o maior espaço de expressão de conflitos e afinidades é determinante (ASSIS; AVANCI, 2004).

A criança constrói o seu eu por meio de imagens e opiniões que os outros significativos lançam para ela e que são incorporadas à sua forma de ser desde a mais tenra infância. (...) Quando essas experiências vêm acompanhadas de críticas excessivas, humilhações e depreciações, é mais provável que a criança tenha uma opinião e um valor de si coerentes com as vivências negativas. (ASSIS; AVANCI, 2006, p.63).

As autoras Assis e Avanci (2006, p.59-60) apresentaram cinco formas de abuso psicológico que são: rejeitar, isolar, aterrorizar, ignorar e corromper. Baseado nisto, o adulto rejeita quando “se recusa a reconhecer o valor e a legitimidade das necessidades infantis”. Sua maior expressão se dá quando pais questionam o nascimento do filho ou a importância do seu papel na família, o que traz para a criança e o adolescente a forte sensação de insegurança e a ter dificuldades para confiar em outros, já que nem os pais lhe garantem essa possibilidade.

Ao isolar uma criança ou adolescente, “o adulto exclui a criança de experiências normais, a impede de estabelecer amizades e a faz acreditar que está só no mundo”. Responsáveis, por vezes, condicionam crianças e adolescentes a desenvolverem atividades sozinhas, não só como condição de castigo, mas também por adultos não estarem dispostos à

monitoria. Nos casos mais drásticos, não existe participação na escola, com os demais integrantes da família ou da vizinhança; isto impede que a criança e o adolescente desenvolvam estratégias de convívio social, negando-lhe a possibilidade de criar seus próprios conflitos e de enfrentá-los.

Aterrorizando, “o adulto agride verbalmente a criança, cria um clima de medo, humilha e amedronta a criança e a faz acreditar que o mundo é imprevisível e hostil”. Crianças e jovens ao escutarem essas agressões dos adultos que lhes são significativos, tendem a acreditar nos insultos, tornando-os mais diminuídos e desencorajados, denigrados e culpados por erros cometidos, enraizando a necessidade de fazer de tudo para serem aceitos, vistos pelo menos, além de se sentirem mais criticados.

Ao ignorar, “o adulto nega estímulo e responsabilidade para com a criança, reprimindo seu crescimento emocional e desenvolvimento intelectual”. Nesse contexto, a desvalorização é sentida imediatamente, quando sentem que mais precisam de atenção e carinho, o que aparece é a indiferença, ou quando em atividades corretas não são elogiados ou reforçados, retirando a importância das conquistas, e plantando a mensagem de que independente do que se faça nada será suficiente para ser olhado e admirado.

Para corromper uma criança, “o adulto socializa erroneamente a criança, estimulando-a a se engajar em comportamento antissocial destrutivo, reforçando o desvio das normas sociais e fazendo-a adotar atitudes impróprias para a vida social”. Isso pode acontecer com relação à introdução de uso de drogas, lícitas ou não, quando há estímulo por comportamentos desviantes, pelo uso de armas, roubo, furto. Ou ainda quando existe pressão exacerbada durante a fase de desenvolvimento da sexualidade, mesmo que o sujeito indique que sua identidade sexual seja a sancionada socialmente, e pior quando não.

As consequências para a saúde mental adolescente, através do afeto a autoestima, provocado pela violência, são inumeráveis, diante dos diversos transtornos que o sujeito violentado pode vir a desenvolver, desembocados pelo relacionamento abusivo familiar. Existiu sim uma preocupação com o cuidado às vítimas, iniciado pelo ECA e continuado principalmente pelas unidades de saúde e de ensino.

A ideia foi formar uma rede de apoio que se ocupasse da proteção integral em que se quer colocar a práxis. Os registros mais estudados trataram da prevenção e do atendimento através do acolhimento combinado ao reparo dos danos e a reabilitação das vítimas de violência, com maior destaque para a participação do SUS, adentrando as instâncias de saúde através de três canais OMS, o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) e a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP).

Iniciativas embasadas em políticas, legislações e normatizações dão o primeiro passo na conquista da redução e eliminação da violência como caráter de prevenção e cuidado com crianças e adolescentes.

Apenas como exemplo, citam-se: o Protocolo para Atendimento às Vítimas de Violência Sexual/Norma técnica voltado para a assistência secundária e Terciária; Orientações para a Prática em Serviço sobre Violência Intrafamiliar na Atenção Básica; Direitos Humanos e Violência Intrafamiliar/Informações e Orientações para Agentes Comunitários de Saúde, Manual de Orientação para a Notificação de Maus-Tratos contra Crianças e Adolescentes e diversas portarias técnicas relacionadas as atividades específicas às questões da violência e da saúde. (MINAYO; LIMA, 2006, p.251).

Mas para inverter essa situação da violência, não só a intrafamiliar, mas também as suas demais faces, só as políticas de proteção estáticas no papel não são eficientes, depende muito mais da conscientização da população, de uma mudança de cultura, da real adoção da doutrina protecionista de crianças e adolescentes, nesse momento entende-se como essa tarefa se torna conflituosa.

Existem muitos discursos no senso comum de que a marginalidade de hoje é o resultado da tal política que proíbe dar umas “boas palmadas”, tais falas colocam todos os esforços aqui descritos em retrocesso, unicamente motivados pela ignorância por trás da fala. Conforme Sanchez e Minayo (2004, p.30), essa cultura acredita “que a melhor educação só se consegue com punição e humilhação; e persiste a ideia de que é necessária a violência física para conter a desobediência e a rebeldia dos jovens e das crianças”.

Dessen e Polonia (2007) demonstraram com seu trabalho, a influência que a família tem no desenvolvimento humano, caracterizam as atitudes ideais entre seus membros através do papel desempenhado por cada um, conforme o vínculo afetivo que estabelece sua hierarquia, e enumeram os objetivos que vão determinar o bem-estar coletivo, como formando através deles, um retrato de como deveria funcionar a família para que ali promova e mantenha sua saúde.

Dessen e Polonia (2007, p.23) ressaltaram também que “família não pode ser definida apenas pelos laços de consanguinidade, mas por um conjunto de variáveis”, as autoras relataram que a família deve ter competências para fomentar o processo de socialização; fornecer condições básicas de sobrevivência; possibilitar o desenvolvimento de habilidades e competências; influenciar o comportamento; mediar os padrões, modelos e influência cultural; capacitar para adaptação às situações cotidianas; ensinar a administrar conflitos e a resolvê-los; ajudar a lidar com as diversidades e adversidades da vida; transmitir os valores culturais

de uma geração à outra; promover atividades de interação que venham a fortalecer os laços; expressar seus sentimentos.

A família estabelece uma estrutura mínima de atividades e relações em que os papéis de mãe, pai, filho, irmão, esposa, marido e outros são evidenciados [...] além de se adaptar às mudanças decorrentes do crescimento dos seus membros, a família ainda tem a tarefa de manter o bem estar psicológico de cada um, buscando sempre nova estabilidade nas relações familiares. (DESSEN; POLONIA, 2007, p. 24).

O intuito não é eliminar conflitos, pois são sinais das modificações no ciclo vital da família e por si geram novas mudanças que podem caminhar como “aspectos propulsores ou inibidores do desenvolvimento, influenciando, direta ou indiretamente, os modos de criação dos filhos”, um exemplo claro é como o desenvolvimento dos pais interfere no desenvolvimento dos filhos (DESSEN; POLONIA, 2007, p.24).

A transformação da realidade familiar entre pais e filhos não é instantânea, parte de várias frentes e da continuidade do aprendizado; não obedece a uma lógica linear que descreva uma evolução de conteúdo, mas do reconhecimento, adoção e prática de várias informações e atitudes que possam dizer de si e do outro, independente se o papel é o de pai ou mãe, ou se é o de filho. Dessen e Polonia (2007, p.25) denotam: “o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento apropriadas é influenciado pela qualidade das relações afetivas, coesão, segurança, ausência de discórdia e organização, quer na família ou na instituição”.

No âmbito de uma família disfuncional, fazem-se necessárias outras fontes de apoio para o alcance de uma dinâmica mais saudável para seus membros, como instituições públicas e privadas dispostas a dispender apoio de forma mais prática através de programas educativos direcionados à promoção da saúde familiar.

Esse processo pode ser demorado e deve contar com o apoio da maior quantidade de profissionais possível, principalmente no que diz respeito à informação. Então os profissionais da psiquiatria, psicologia, medicina, enfermagem, odontologia, pedagogia, psicopedagogia, nutrição, assistência social e outros devem estar no exercício de suas profissões aptos e disponíveis para o atendimento a pais e filhos, e, em conformidade com a doutrina de proteção integral preconizada pelo ECA, podendo também atuar como mediadores no reconhecimento da realidade desta família e na busca por ajudá-la a se transformar.

Entre as práticas destes programas de educação familiar, encontram-se estratégias que englobam atividades de grupos somente com pais ou com a família inteira, com objetivos de integração e interatividade, disponibilizando um espaço de reconhecimento e valorização das relações. Pode parecer que o segredo para um relacionamento familiar saudável esteja na

receita promissora de novas práticas que incluem ingredientes como respeito, atenção, diálogo e principalmente amor, e que os resultados sejam rápidos e duradouros, mas não é bem assim, para Assis e Avanci (2004, p.168) o segredo é que a mudança constrói-se no dia a dia, vivendo a relação, e que ela está na “autopercepção da própria capacidade, do potencial a ser explorado e a aceitação dos limites individuais” da família. Completando, Dessen e Polonia (2007) explicaram que o processo deve ser contínuo, e que recaídas causam fissuras cada vez mais esparças na confiança do laço e risco de quebra.

Parece utópico que o fenômeno da violência um dia se dissipe, prova que se pode considerá-la uma questão de saúde pública, também, e não só de segurança; e que no “menor” de seus danos, o abalo à autoestima imprima assim sintomas vitalícios que, sem tratamento e reabilitação para as relações familiares, é possível se estar criando uma geração adoecida para o futuro (ASSIS; AVANCI, 2004).

### **3.4 Ficam as marcas**

O processo de escolha da amostra para esta pesquisa é um retrato da necessidade de mais investimento em pesquisa. O resultado da primeira busca foi de 1700 artigos, dos quais apenas sete foram relevantes para pesquisa, principalmente por contarem com trechos de entrevista com protagonistas reais em contexto de violência intrafamiliar.

Dos sete artigos escolhidos para pesquisa bibliográfica, quatro correspondiam a relatos de pais e mães a respeito da relação com seus filhos e três artigos de filhos descrevendo a relação com pais ou cuidadores, ambos com histórico de pelo menos um tipo de violência como método disciplinador.

O quadro abaixo sintetiza as fontes às quais a pesquisa propõe maior estudo, acompanhadas da descrição de seus autores, data e revista em que foram publicadas.

**Quadro 3 – Descrição de seus autores, data e revista em que foram publicadas.**

AUTOR	Título	REVISTA	ANO
Lordelo, Lia da Rocha; Bastos, Ana Cecília de Sousa; Alcântara, Miriã Alves Ramos de.	Vivendo em contexto de violência: o caso de um adolescente	<i>Psicologia em Estudo</i> , Volume 7 N° 2 Páginas 31 - 40.	Dez 2002
Salvador, Ana Paula Viezzer; Weber, Lidia Natalia Dobrianskyj.	Práticas educativas parentais: um estudo comparativo da interação	<i>Interação psicol.</i> ; 9(2). tab.	Jun.-Dez. 2005
.Vasconcelos, Alexsandra Cassol de; Souza, Marjane Bernardy.	As noções de educação e disciplina em pais que agredem seus filhos	<i>Psico (Porto Alegre)</i> ; 37(1): 15-22,	Jan.-Abr. 2006.
.Ribeiro, Edilza Maria; Eckert, Elisabeta Roseli; Souza, Ana Izabel Jatobá de; Silva, Ana Maria Farias da.	Castigo físico adotado por pais acompanhantes no disciplinamento de crianças e adolescentes	<i>Acta paul. enferm.</i> ; 20(3): 277-283	Jul.-Set. 2007.
DONOSO, Miguir Terezinha Vieccelli; RICAS, Janete..	Perspectiva dos pais sobre educação e castigo físico.	Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 78-84.	Fev. 2009
.Magalhães, Júlia Renata Fernandes de; Gomes, Nadirlene Pereira; Campos, Luana Moura; Camargo, Climene Laura de; Estrela, Fernanda Matheus; Couto, Telmara Menezes.	Expressão da violência intrafamiliar: história oral de adolescentes	<i>Texto &amp; contexto enferm.</i> ; 26(4): e1730016, 2017. graf.	2017
Assis, Simone Gonçalves de; Avanci, Joviana Quintes	Labirinto de espelhos: formação da autoestima na infância e na adolescência.	Editora FIOCRUZ <a href="https://doi.org/10.7476/9788575413333">https://doi.org/10.7476/9788575413333</a>	2004

Fonte: Autora, 2018.

A grande maioria, do contingente da primeira busca, dizia respeito principalmente ao acolhimento, cuidado e tratamento das vítimas; outra parte representativa tratava das habilidades e capacitação de profissionais da saúde no diagnóstico e informação de ocorrências de violência contra crianças e adolescentes aos órgãos competentes, através de ferramentas elaboradas e aprimoradas desde a implantação do ECA.

As sequelas físicas eram a maior preocupação nos resumos revistos, este cuidado é imperativo, mas pouco se voltava o olhar na direção das consequências a longo prazo que permanecem internas; também surgiram poucas medidas no intuito da eliminação e prevenção da violência intrafamiliar. Com o passar das leituras, eliminar a violência das relações

familiares parecia cada vez mais utópico e o tratar caminhava para redução de danos. Ficou uma questão aberta sobre o que impede que a doutrina da proteção integral tão preconizada pelo ECA, de ser de tão difícil realização.

Estratégias de prevenção apareciam de forma muito singular em poucos estudos e ainda relatando as mesmas iniciativas como o Programa de Saúde da Família, especificando o olhar dos profissionais em seus bastidores, conforme a área de pesquisa.

O discurso que chama atenção sobre o uso da violência como prática educativa de pais ou responsáveis, quase passa despercebido, mas marca sua presença com pouco menos de dez artigos, embora sem muito desenvolvimento.

As transcrições dos trechos de fala coletados, dos sujeitos pesquisados e dos pesquisadores, foram categorizadas a partir das temáticas ressaltadas. Os tópicos relacionados no quadro abaixo correspondem às características com incidência acima de 50% dos artigos. Seguindo a relação dessas características e a prevalência tem-se o seguinte quadro:

**Quadro 4 – correspondem às características com incidência acima de 50% dos artigos**

Característica	01	02	03	04	05	06	07
- Compreendem agressão dos pais como consequência da própria infância violenta.	X			X	X		X
- Dificuldade em demarcar a distância entre disciplinar e espancar.	X	X		X	X		X
-Identificação do agredido como sujeito-problema.	X	X	X		X		
-Identificação da relação de violência intrafamiliar com condição socioeconômica.		X			X	X	X
- Identificação das agressões verbais serem mais violentas que as agressões físicas.		X		X		X	X
-Ocorrência de violência psicológica: (humilhação, xingamentos, redução de capacidades, falta de apoio e carinho), mas não definem como se assim fosse.	X		X	X	X	X	X
-Atitudes como não assumir paternidade ou responsabilidade, negar ajuda ou apoio, indiferença e incredulidade não reconhecido como negligência.		X		X		X	X
- Atitudes violentas motivadas por picos de estresse.		X		X	X	X	X
-Reconhecimento da importância da conversa em substituição a violência como disciplinamento, mas não sabem como ou fazem de forma equivocada.	X		X	X	X	X	X
- Demonstram não ter ou faltar apoio externo.	X		X	X		X	X
- Responsabilização da vítima pelo estado do agressor.		X			X	X	X
- Identificam a violência como hábito disciplinador.	X	X	X	X	X		X
- Identificam o ato de bater como “direito” parental.		X	X	X	X	X	
-Reconhecimento da necessidade e da importância de ajuda externa.		X		X	X		X

Fonte: Autora, 2018.

Entre os tópicos apresentados, os que mais aparecem nas falas coletadas, com incidência maior que 85% dos artigos, são o reconhecimento do uso de violência como método disciplinador; a ocorrência da prática de violência psicológica sem o real entendimento que ela o seja; o reconhecimento de que a conversa seja uma prática substitutiva mais eficaz, embora não saibam como fazer ou a realizando de forma equivocada.

Quatro tópicos abrangeram 71% dos artigos: dificuldade em demarcar a distância entre educar e espancar; consideram o uso da violência um “direito parental”; alegam ter atitudes violentas motivadas por picos de estresse; demonstram precisar e não ter ou faltar apoio externo e recursos que os auxiliem na relação familiar.



Os demais tópicos compreenderam 57% dos artigos estudados e se caracterizam por entender o ser agressor como produto da própria criação violenta; relacionam a presença da violência com as condições socioeconômicas em que vivem; responsabilizar a vítima pelo estado violento do agressor; rotular a vítima como um problema e não um sujeito; reconhecimento de agressões verbais e humilhações serem atitudes mais violentas que agressões físicas; ter atitudes omissas ou negligentes e desconhecê-las como tal; reconhecer e valorizar o trabalho dos profissionais que vestem o apoio externo.

### **3.5 Em processo de compreensão**

Pesquisar as atitudes psicologicamente violentas na educação parental foi o desafio não superado. As faces que a violência assume para se expressar foram descobertas. As violências física, psíquica e sexual foram aqui definidas e bem caracterizadas, mas também foi bem reconhecido como a violência psicológica é intrincada às demais expressões, acompanhando tapas, cortes, queimaduras, sacudidas da violência física, com xingamentos, menosprezo e até negligência, assim como na violência sexual, onde do aliciamento ao estupro, os abalos psicológicos aparecem através da sujeição, invasão, alienação.

Muito difícil de ser identificada, senão por profissionais, pela violência psicológica não apresentar marcas ou cicatrizes visíveis, e mesmo assim deformam o resto da vida das vítimas, diminuindo a possibilidade de uma boa qualidade de vida e futuro produtivos. O que pode ser verificável pela estreita relação com a formação da autoestima, da infância à adolescência.

Também por isso demonstrou-se, por essa pesquisa, a difícil tarefa de se estudar uma determinada faixa etária sem relacionar e dar a devida importância às fases anterior e posterior à adolescência. Não há como estudar um sentimento tão particular como a autoestima, sem verificar o contexto em que iniciou sua formação, assim como não há como descartar as reverberações de seu afeto. Conseguiu-se, sim, através das várias consultas da pesquisa identificar como fato, que a autoestima do sujeito é prejudicada tanto quanto a confiança é quebrada na relação familiar.

A violência psicológica forma sujeitos incapazes de lidar com as próprias questões, não desenvolvem a autoconfiança necessária para construir o próprio percurso, desacreditam das próprias habilidades e capacidades e de as desenvolverem como deveriam, torna-os dependentes da opinião alheia e crédulos a qualquer julgamento indevido, promovendo personalidades incongruentes.

Vários prejuízos psicológicos são passíveis de ocorrer nesse período, pela fragilidade a que o sujeito é acometido: depressão, ansiedade, terror noturno, síndrome do pânico, comportamentos antissociais, agressividade constante, assim como fracasso e retrocesso escolar, delinquência e aproximação com drogas e a criminalidade.

Os poucos textos encontrados que abordam estratégias substitutivas à violência na educação parental são muito singulares e partem do cuidado e reabilitação da família através de uma instituição, seja de saúde ou educação, pais estão conseguindo se reunir e estudar formas de melhor educar seus filhos, preenchendo a relação de amor e diálogo, promovendo espaços de discursão e reflexão, estimulando também atitudes não só de prevenção da violência como de promoção de saúde e de paz.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

### 4.1 No fim o que resta?

Durante a pesquisa percebeu-se que o tema da violência intrafamiliar tem recebido mais atenção na última década, do que nas anteriores, de forma exponencial nas pesquisas acadêmicas da área de saúde. Parece um pequeno passo frente a quase 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o que demonstra um grande campo ainda a ser explorado.

A infância e a adolescência estão mais adoecidas a cada dia, e a conta é alta para a economia brasileira que já sofre. São direcionados poucos recursos para a saúde e menos ainda é revertido para a saúde mental, tal desprezo ou despreparo desembocam nas estatísticas da morbimortalidade. Pesquisas desse gênero são cruciais para o melhor conhecimento desta problemática que já é reconhecida como questão de saúde nacional. Ainda mais para o desenvolvimento de estratégias de prevenção, não só para violência intrafamiliar, mas também para a violência social (SOUSA; JORGE, 2006).

Aceitar que ainda existe a consciência ignorante de que filhos são posses de seus pais e que a eles é legítimo o direito de usar a violência como forma disciplinar, é querer replicar o passado no futuro, quando se deve, mais do que nunca, respeitar o ser humano em todos os seus defeitos e acreditar no seu poder de transformação de si e da sociedade (SANCHEZ; MINAYO, 2006). A proteção que é garantida por lei às crianças e adolescentes parece nublada quando se trata do seio familiar, ainda mais inacreditável pensar que a violência traz benefícios, e não sentimentos como medo, ódio, desconfiança, raiva (ASSIS; DESLANDES, 2006).

Reconhece-se que faltam muitos passos em direção à educação ideal de crianças, adolescentes e adultos, muitos teóricos e pesquisadores têm trabalhado para desbravar esse caminho (MINAYO; LIMA, 2006). Alertas são necessários, o bom funcionamento da família não é alcançado rapidamente, necessita muito comprometimento e paciência nesse percurso, nada se consegue de um dia a outro sem muito trabalho em ambos os lados envolvidos, chances existem de evoluirmos, o diálogo é a chave de tudo.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, C. D; ASSIS, S. G. A (in) visibilidade da violência psicológica na infância e adolescência no contexto familiar. **Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro**, v. 27, n. 5, p. 843-854, 2011.

ALONSO, S. G.; BATISTA, R. O; BRUNETO, T. *et al.* A formação da autoestima e autoconceito do adolescente e sua relação com a forma de educação parental. **E-rac**, v. 6, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://www.computacao.unitri.edu.br/erac/index.php/e->>. Acesso em: 04 nov. 2018.

ARGÔLO JUNIOR. **Guia para elaboração de projeto de pesquisa científica e monografia**: orientações técnicas e metodológicas. Maceió: Faculdade Mauricio de Nassau, 2011.

ASSIS S. G.; AVANCI J. Q; **Labirinto de espelhos**: formação da autoestima na infância e na adolescência. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004.

\_\_\_\_\_; SANTOS N. C. *et al.* Violência e representação social na adolescência no Brasil. **Rev. Panam Saúde Pública**, v. 16, n. 1, p. 43-51, 2004.

\_\_\_\_\_. Escala de violência psicológica contra adolescentes. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 5, 2005.

\_\_\_\_\_; OLIVEIRA, R. V. C. *et al.* Fatores Associados aos Problemas de Saúde Mental em Adolescentes. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 23, n. 3, p. 287-294, jul./set. 2007.

BAUER, M. W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa Com Texto; Imagem E Som**: Um Manual Prático. 10<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução no 510, de 7 de abril de 2016**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente (1990)**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. 3ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

CRUZ, O; DUCHARNE, M. A. B. Intervenção na parentalidade - o caso específico da formação de pais. **Revista galego-portuguesa de psicología e educación**, Porto, v. 13, n. 11-12. Disponível em: < <http://decs.bvsalud.org> >. Acesso em 26 de ago. 2018.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A.C. A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paideia**, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2018.

DYNIWICZ, A. M. **Metodologia da Pesquisa em Saúde para Iniciantes**. 3ª ed. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2014.

ERCOLE, F. F.; MELO, L. S.; ALCOFORADO, C. L. G. C. Revisão Integrativa versus Revisão Sistemática. **Rev Min Enferm.**, v. 18, n. 1, p. 1-260, jan./mar. 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/MarceloPC/Downloads/v18n1a01.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2018.

FROTA, A. M. M. C. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, jun. 2007. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S180842812007000100013&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180842812007000100013&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 11 out. 2018.

GARCIA, N. M.; YUNES, M. A. M.; ALMEIDA, A. M. T. Educação parental e pedagogia social: avaliação de uma proposta de intervenção Educação. **Revista PUC**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 94-104, jan.-abr. 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/21396/14580>>. Acesso em: 13 out. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LIMA, C. A *et al.* **Violência faz mal à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

MINAYO, C. S. O desafio da pesquisa social. In: **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 3ª ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ROSAS, F. K; CIONEK, M. I. G. D. O impacto da violência doméstica contra crianças e adolescentes na vida e na aprendizagem. **Conhecimento Interativo**, São José dos Pinhais, PR, v. 2, n. 1, p. 10-15, 2006.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualitas Revista Eletrônica**, v.17. n. 1, 2015.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. **Revisão integrativa: o que é e como fazer**. *Einstein*, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt\\_1679-4508-eins-8-1-0102.pdf](http://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102.pdf)>. Acesso em: 25 ago. 2018.

VIEIRA, S.; HOSSNE, W. S. **Metodologia Científica para a Área da Saúde**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

**Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:**

TORRES, R. S; LIMA, D. M. A; BARREIRA, M. M. L. Autoestima Como Produto da Relação Parental Violenta. **Rev. FSA**, Teresina, v.17, n. 1, art. 13, p. 252-280, jan. 2020.

Contribuição dos Autores	R. S. Torres	G D. M. A. Lima	M. M. L. Barreira
1) concepção e planejamento.	X		
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	X